

TRAJETÓRIA DA HISTORIOGRAFIA DAS MULHERES NO BRASIL

Tânia Maria Gomes da Silva*

RESUMO:

É fato conhecido que a história, escrita fundamentalmente pelos homens, durante muitos anos optou em excluir as mulheres dos relatos historiográficos. Este texto discute a inserção do sujeito feminino na historiografia brasileira, a partir de diversas contribuições: o movimento feminista, os novos paradigmas científicos e a contribuição dos Annales, que permitiram um alargamento das abordagens e dos métodos utilizados para as pesquisas envolvendo as mulheres.

PALAVRAS-CHAVES: *Feminismo. História das mulheres. Historiografia brasileira.*

Escrever a história das mulheres não é uma tarefa fácil. Invisível durante séculos, somente nos anos 1980 o tema finalmente emergiu como um campo definido de pesquisa para os historiadores. Desde então, um número significativo de publicações vem revelando o fortalecimento expressivo desse interesse, como atesta o crescimento de livros, artigos em revistas especializadas, teses, dissertações e simpósios temáticos versando sobre o tema.

Para Diane Elam (1997), após séculos de história ocidental, estritamente uma narrativa sobre o “grande homem”, os historiadores gradualmente voltaram atenção para o problema da representação da mulher. O que significa

* Professora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jandaia do Sul (Fafijan). Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: taniagomes_65@hotmail.com.

escrever uma história das mulheres? Como seria ela? Primeiro de tudo, a história se tornou o local onde o feminismo pôde alterar a exclusiva universalidade do homem como sujeito. Fez emergir, assim, um conhecimento sobre as mulheres que questiona o papel central que os homens tradicionalmente têm ocupado nas narrativas históricas. Para esta autora, estes novos conhecimentos devem ser compreendidos não como um saber novo preferencial ao velho, mas como uma reavaliação do conhecimento histórico.

Escrita fundamentalmente por homens, a narrativa histórica se absteve de incorporar às suas preocupações o sujeito feminino. Este silêncio não foi uma prerrogativa da historiografia brasileira ou latino-americana, mas atitude constante inclusive em países como Estados Unidos e França, onde a busca pelos direitos da mulher e o reconhecimento da condição feminina se deu mais cedo do que entre nós.

Um ponto importante a ser discutido é: quando as mulheres passaram a fazer parte das preocupações dos/das historiadores/as? Em que momento suas vozes passaram a se fazer ouvir? As causas são variadas. Para alguns, a resposta se encontra nas transformações trazidas pela Escola dos *Annales*; outros creditam essa inclusão à própria mudança na noção de ciência; cita-se ainda a contribuição do movimento feminista.

Para Michelle Perrot (2005), Marc Bloch e Lucien Febvre operaram sim uma ruptura significativa no campo historiográfico, mas não reservaram qualquer atenção para a figura feminina, visto que todo interesse da Escola centrou-se nos planos econômicos e sociais. Ainda que este foco no social possibilitasse que, nos anos seguintes, houvesse maior receptividade dos historiadores quanto à presença da dimensão sexuada no interior da evolução histórica, isto só terminaria ocorrendo de maneira significativa nos anos 1970, com a terceira geração dos *Annales*, a chamada *Nouvelle Historie*. É, por exemplo, o caso de Georges Duby que, a partir de então, terá sua obra profundamente marcada por uma verdadeira “obsessão” com as mulheres, como salienta esta autora.

Assim é necessário admitir que mesmo tendo mantido as mulheres fora das preocupações centrais, a Escola dos *Annales*, ao direcionar as pesquisas do âmbito político para o social, possibilitou estudos sobre a vida privada, as práticas cotidianas, a família, o casamento, a sexualidade etc. Temas que permitiram a inclusão das mulheres na história.

Outra causa importante foram as transformações trazidas pelo surgimento de novos paradigmas científicos. A crítica ao racionalismo e o fim da exigência de conceitos teóricos muito rígidos, relativizou o conhecimento histórico, tanto no que diz respeito a uma determinada época quanto a uma dada situação do historiador no tempo. Ao passar a interpretar os processos de mudança por meio de um conhecimento dialético, os historiadores provocaram uma reviravolta na perspectiva de análise, permitindo mais espaço para questões antes tidas como de menor ou nenhuma importância, as mulheres entre eles (SOIHET, 1997a; 1997b).

Para Bruschini e Unbahaum (2002), a feminização das universidades também foi um fator importante para o aumento das discussões e das pesquisas envolvendo mulheres, porque todo pesquisador sente atração por estudar a sua própria realidade. A descoberta de que as mulheres possuíam uma história e que valia a pena procurar por ela, resultou, assim, dos próprios questionamentos que elas, num determinado momento de suas vidas, fizeram acerca de si próprias, rejeitando uma estrutura de supremacia masculina solidamente aceita e negando a idéia clássica da inferioridade do sujeito feminino. Para muitas, começou a parecer incômodo viver num mundo em que estivessem diluídas dentro da idéia de um sujeito universal.

Nos Estados Unidos, as faculdades e as escolas de graduação deram início a cursos variados, oferecendo bolsas de estudo e buscando dotar as mulheres de uma formação de nível superior. Nesse espaço aberto pelo recrutamento das mesmas, fosse pela participação profissional, fosse pela acadêmica, o feminismo logo apareceu para reivindicar mais recursos e denunciar as desigualdades (SCOTT, 1992). No Brasil, a Fundação Carlos Chagas, sob patrocínio da Fundação Ford, proporcionou apoio a muitas pesquisas envolvendo as mulheres.

É a partir de lutas íntimas, portanto, que as mulheres iniciam um questionamento quanto à realidade social, criando os primeiros movimentos feministas, marcados por uma grande diversidade de reivindicações. Antes das historiadoras foram as feministas que fizeram a história das mulheres. O feminismo evidenciou a ausência da figura feminina no território historiográfico, criando as bases para uma história das mulheres feita por historiadoras (DEL PRIORE, 2001).

Conforme variados trabalhos salientaram, o feminismo nasceu profundamente imbricado com os movimentos políticos dos anos 1960 e

estritamente vinculado à efervescência cultural e política que varria todo o mundo ocidental. Estes movimentos da vanguarda intelectual colocaram em xeque padrões morais socialmente aceitos, desmontando arraigados valores de família e recusando a posição subalterna da mulher dentro do espaço privado, além de questionar os pressupostos epistemológicos que norteavam o mundo do saber.

Quando apontamos a década de 1960 como um marco das reivindicações feministas, não queremos jogar no esquecimento as primeiras manifestações, ocorridas ainda nos séculos XVIII-XIX, que deram uma contribuição significativa para as lutas e conquistas futuras, mas consideramos que nesse momento as mulheres não estavam articuladas em grupos coesos e o que havia eram vozes mais ou menos isoladas de descontentamento. O feminismo de então estava intimamente associado à personalidade e a grande bandeira de luta foi pelos direitos sufragistas.¹

Para Heloisa Buarque de Hollanda (1994), ainda que o feminismo como ideologia política possa ser identificado desde o século dezenove, é somente a partir dos anos 1970 que ele surge como novidade no campo acadêmico, e se impõe como uma tendência teórica inovadora e de forte potencial crítico e político. Observa ainda, que este movimento surge num quadro epistemológico marcado por crises, como o descrédito nos grandes modelos explicativos da sociedade: marxismo, estruturalismo, freudismo, enfim, o que Jean-François Lyotard (2001), denominou de “metanarrativas”. Para Buarque de Holanda, foi a emergência do pós-modernismo que abriu espaço para as discussões marginais. O movimento pós-moderno teria revelado às mulheres aquilo que os homens sempre haviam tido sucesso em ocultar: não há um poder, o poder é criado. As mulheres tomaram consciência que se os homens tinham sempre estado no poder, era porque eles assim se colocavam.

Na década de 1970 a produção historiográfica será fortemente marcada pela influência marxista, que vê a opressão feminina em função do capitalismo, e a perspectiva de análise será o mundo do trabalho. Na década seguinte ocorre uma inovação nos estudos sobre a mulher, mediante a utilização do gênero como categoria de análise, procurando incorporar o estudo relacional entre homens e mulheres (CUNHA, 2000).

¹ A esse respeito ver Hanner (1981) e Pinto (2003).

Entretanto, incluir o sujeito feminino na história significou avançar por caminhos sinuosos, desconhecidos, como a esfera do privado e das relações cotidianas, território em que os historiadores pouco estiveram atentos. Assim, singularidades sem importância maior para a história tradicional tiveram de ser buscadas com um novo olhar, porque muito cedo se evidenciou que eram nestes pequenos detalhes que se tornava possível detectar as fontes mais preciosas (SILVA, 2007). Como tão poeticamente ressaltou Ecléa Bosi (1995), foi preciso ir ao fundo das casas, às cozinhas e oficinas, àqueles lugares onde se movem as figuras menores e furtivas.

Neste particular, a (re)valorização dos registros da memória, a utilização das correspondências familiares, dos diários, das fotografias, contribuíram de maneira expressiva para o incremento da história das mulheres, uma vez que a “verdade” passou a incorporar também o subjetivo, o pessoal e o único.

No Brasil, as primeiras narrativas históricas sobre as mulheres tiveram início na década de 1980 e foram muito marcadas pela preocupação com a dialética da dominação *versus* opressão, dando pouco ou nenhum destaque às múltiplas formas de resistência que as mulheres elaboraram ao longo do tempo para fugir à dominação masculina. Várias historiadoras alertaram para este fato: Silva Dias, Del Piore, Soihet, Algranti, entre outras. Porém, mais do que falar sobre as misérias da vida feminina, importava decodificar que poderes informais e estratégias as mulheres detinham por trás do ficcional poder masculino, e como articulavam a subordinação e a resistência (DEL PRIORE, 1994).

Inicialmente a produção ficou muito centrada no período colonial, valendo-se dos relatos de viajantes, dos processos civis e criminais, da iconografia. Falou-se muito da senhora de engenho e da escrava como dois pólos opostos e distanciados. Discutiu-se de maneira exaustiva o discurso moralizador sobre o uso dos corpos das mulheres coloniais:

Das leis do Estado e da Igreja [...] à vigilância de pais, irmãos, tios, tutores, e à coerção [...] de velhos costumes misóginos, tudo confluía para [...]: abafar a sexualidade feminina que, ao rebentar as amarras, ameaçava o equilíbrio doméstico, a segurança do grupo social e a própria ordem das instituições civis e eclesiásticas (ARAÚJO, 1997, p. 45).

Mas conter a sexualidade feminina não era tarefa fácil. Os altos índices de abandono de crianças nas rodas dos expostos alertavam para uma sexualidade não tão contida quanto se queria fazer acreditar. Relendo as fontes, os/as

historiadores/as se depararam com uma participação feminina muito mais efetiva do que se supunha, como é o caso das mulheres pobres, brancas, escravas e forras na cidade de São Paulo que improvisavam de múltiplas maneiras a sobrevivência (DIAS, 1995) ou das mulheres mineiras que tomaram a direção das bodegas e quitandas na Minas Gerais setecentista, fazendo comércio de gêneros alimentícios e ocupando o lugar dos homens que partiam em busca de ouro (MELO E SOUZA, 1990; FIGUEIREDO, 1997).

Embora sempre tenhamos sido bombardeados pelos discursos moralizantes que insistiam em nos mostrar a figura feminina pacata e ordeira, as documentações policiais, mais recentemente visitadas, apontam para outra realidade e as mulheres emergem criando casos, resmungando palavrões, batendo e apanhando nas ruas, assassinando maridos, vivendo concubinatos, mostrando-nos uma imagem real muito distante daquela idealizada (DIAS, 1995; NIZZA DA SILVA, 1984; SILVA, 2001; 2007).

O que a análise mais perspicaz das fontes nos mostrou foi uma nova face da mulher brasileira, bem menos recolhida ao lar do que se julgava, bem menos submissa ao homem do que se acreditava. Saliente-se, contudo, que para as mulheres de elite esses comportamentos transgressores foram sempre mais difíceis, já que delas se cobrava maior respeitabilidade às regras de bom comportamento, visando o fim preciso de resguardo da honra, que valia muito no mercado das transações matrimoniais. Mas mesmo estas não deixaram de “se perder”, de “dar um mau passo”, ainda que isto lhes custasse, muitas vezes, o recolhimento forçado em conventos, o confinamento doméstico ou, em casos mais extremos, a vida (ALGRANTI, 1993; NIZZA DA SILVA, 1984).

Na medida em que novas abordagens, métodos e técnicas foram incorporados aos estudos históricos – mediante a valorização da história oral e da história do tempo presente e a utilização dos arquivos particulares (cartas, diários, fotografias) – foi possível ampliar as balizas temporais das pesquisas e abarcar períodos mais próximos. Surgiram, assim, estudos importantes sobre a participação das mulheres no mundo do trabalho nas fábricas do século XIX e primeiras décadas do XX (RAGO, 1997); sobre a expansão da educação feminina (LOURO, 1997); e sobre o surgimento de publicações organizadas por e destinadas para as mulheres (BASSANEZI, 1996). Estudos que, gradativamente, aqueceram o debate e deram musculatura à historiografia das mulheres.

No entanto, como nos alerta Scott (1994), muito mais do que reconhecer que existe uma história das mulheres e que esta tem suas próprias

especificidades, é necessário avançar de encontro a uma atitude que, mais do que mera denunciadora, possibilite a real transformação no estatuto da vida das mulheres.

Os estudos de gênero só têm real valor à medida que, desnaturalizando as desigualdades, contribuam para uma efetiva transformação nas relações entre homens e mulheres, equalizando as relações. Neste caso, não se trata apenas de estudos que possibilitem a emergência de uma nova mulher, mas, de maneira simultânea, é preciso que os homens aceitem participar da construção de uma nova masculinidade.

Scott defende, com razão, a necessidade da construção de um arcabouço teórico que dê conta de responder por que as mulheres foram excluídas da história e que, indo além dessa reflexão, compreenda como a história opera, para que possa efetivamente promover mudanças epistemológicas que transformem a dicotomia entre o feminino e o masculino. É tempo, pois, de mudanças.

TRAJECTORY OF THE HISTORIOGRAPHY OF WOMEN IN BRAZIL

ABSTRACT:

It is a known fact that history, basically written by men, chose to let women out of historiographical narratives. This article deals with the insertion of female subjects in Brazilian Historiography, based on many contributions: the Feminist movement, the new scientific paradigms and the contribution of the Annales School, which allowed an enlargement of the approaches and methods used in researches involving women.

KEY-WORDS: *Brazilian Historiography. Feminism. History of Women.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALGRANTI, L. M. **Honradas e devotas:** mulheres da colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Ed. UnB, 1993.

ARAÚJO, E. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1997. p. 45-77.

BASSANEZI, C. B. **Virando as páginas, revendo as mulheres**: revistas femininas e relações homem-mulher, 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

BOSI, E. As outras testemunhas. In: DIAS, M. O. L. da S. (Org.). **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BRUSCHINI, M. C. A.; UNBAHAUM, S. G. Os programas de pesquisa da Fundação Carlos Chagas e sua contribuição para os estudos de gênero no Brasil. In: _____. **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Ed. 34, 2002. p. 17-58.

CUNHA, M. de F. Mulher e historiografia: da visibilidade à diferença. **História e Ensino**. Revista do Laboratório de Ensino de História, v. 6, p. 141-161, 2000.

DEL PRIORE, M. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, M. C. (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 217-235.

_____. **A mulher na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

DIAS, M. O. L. da S. (Org.). **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ELAN, D. Romancing the Postmodern, Feminism and Deconstruction. In: JENKINS, K. (Ed.). **The Postmodern History Reader**. London; New York: Routledge, 1997. p. 65-74.

FIGUEIREDO, L. Mulheres nas Minas Gerais. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 141-188.

HAHNER, J. E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas (1850-1937)**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HOLLANDA, H. H. O. B. Feminismo em tempos pós-modernos. In: _____. (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 7-19.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 443-481.

LYOTARD, J.-F. The postmodern condition. In: JENKINS, K. (Ed.). **The Postmodern History Reader**. London; New York: Routledge, 2001. p. 36-38.

MELLO E SOUZA, L. de. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

NIZZA DA SILVA, M. B. **Sistema de casamento no Brasil colonial**. São Paulo: T. A. Queiroz, Ed. da Universidade de São Paulo, 1984.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Trad. V. Ribeiro. Bauru-SP: Edusc, 2005.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do Povo Brasileiro)

RAGO, M. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 578-606.

SCOTT, J. História das Mulheres. In: BURKE, P. (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 63-96.

_____. Prefácio a *Gender and Politics of History*. **Cadernos Pagu**, n. 3: Desacordos, desamores e diferenças. p. 11-27, 1994.

SILVA, T. M. G. da. **“Você acha que a gente vai poder com homem?”: práticas conjugais entre mulheres das camadas populares**. 2007. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Departamento de Ciências Humanas. Curitiba, 2007.

_____. **“Não existe pecado ao sul do Equador”**: uniões consensuais nas camadas populares de Mandaguari, 1980-2001. 2001. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Ciências Humanas. Maringá, 2001.

SOIHET, R. Enfoques feministas e a História: desafios e perspectivas. In: SAMARA, E. M.; SOIEHT, R.; MATOS, M. I. S. de. (Org.). **Gênero em Debate: trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea**. São Paulo: Educ, 1997a. p. 55-82.

_____. História das mulheres. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997b. p. 275-296.